

Título do capítulo	CAPÍTULO 5 HETEROGENEIDADE REGIONAL
Autores (as)	Miguel Matteo
Título do livro	POR UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO : O CASO DO BRASIL
Editores (as)	Ricardo Infante Carlos Mussi Mauro Oddo
Cidade	
Editoras	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2015
Edição	
ISBN	

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Capítulo V

Heterogeneidade regional

*Miguel Matteo*¹

Introdução

O conceito de heterogeneidade estrutural (HE), cunhado por Aníbal Pinto, em 1969 (Pinto, 2000) foi o tema do documento central dos 33 períodos de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2010, retomando a noção de diferenciais inter e intrassetoriais de produtividade, que se mantêm ao longo do tempo.

As economias da América Latina se distinguem das dos países desenvolvidos por duas características principais, as assimetrias nas capacidades tecnológicas diante da fronteira internacional e os diferenciais de produtividade que existem entre os setores, no interior dos setores e entre as empresas (CEPAL, 2007).

No entanto, essa diferenciação pode ocorrer (e este é o tema central desta análise) também entre regiões, no interior do país, em que não somente se apresentam produtividades diferentes entre as regiões, como entre o mesmo setor de atividade em regiões distintas. Dessa forma, procura-se trazer um referencial analítico que se aplica à dinâmica da

¹ Técnico de planejamento e pesquisa e diretor adjunto da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

estrutura produtiva para a análise regional, observando-se uma situação de perpetuação no tempo de elevados níveis de disparidades.

Esta análise compõe-se desta introdução, seguida da apresentação dos índices de produtividade das regiões e respectivos setores de atividade e de algumas considerações, à guisa de conclusão.

1. Alguns aspectos metodológicos

A ideia de medir, ainda que parcialmente, a heterogeneidade por meio do diferencial de produtividade, traz em si um problema: como calculá-la. Utilizar a receita bruta ou o valor da transformação industrial, por exemplo, superestima a produtividade, dado que ambos encobrem os valores correspondentes a contratos de terceirização. Assim, ao haver contratos de terceirização, uma mesma receita (ou produto) pode ser gerada com menos pessoas ocupadas, elevando a medida de produtividade artificialmente.

A utilização do valor adicionado mostra-se mais adequada para a mensuração da produtividade, uma vez que incorpora ao consumo intermediário todos os gastos com contratação de terceiros, despesas com aquisição de patentes e pagamento de *royalties*. Como a fórmula de cálculo do valor adicionado é $VBP - CI$ (onde VBP é o valor bruto da produção ou a soma de todas as receitas e CI é o consumo intermediário ou a soma de todos os custos e despesas, inclusive aqueles que não se referem à produção *stricto sensu*), o resultado obtido reflete uma estrutura de receitas e custos mais adequada às formas atuais de produção, em que há várias funções terceirizadas.

No caso deste estudo, que trata da heterogeneidade regional, buscaram-se duas bases de informação que dessem conta, inclusive, da parcela informal da economia. Para tanto, utilizou-se a base das Contas Regionais do Brasil, de 1996 a 2008 (oriunda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos institutos estaduais de estatística), que fornece o valor adicionado para cada Unidade da Federação (UF), confrontando-a com a base de pessoal ocupado de acordo com as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), também para cada UF. Com isso, consegue-se abarcar tanto as parcelas formais quanto as informais da economia.

Ainda com respeito às bases de informação utilizadas, foi preciso efetuar um agrupamento dos setores de atividade, uma vez que os dados desagregados das bases utilizadas eram apresentados em formatos diferentes, o que determinou a configuração de cinco grandes setores de atividade: agropecuária, indústria, comércio, serviços e construção.

No agrupamento regional, por sua vez, para melhor visualização das informações, as Unidades da Federação foram congregadas em grandes regiões —de acordo com a divisão geográfica adotada pelo IBGE.

Duas observações devem ainda ser feitas: no cálculo da produtividade —embora houvesse informações— excluiu-se a Administração Pública, dado seu caráter muito peculiar, uma vez que seu valor adicionado corresponde, praticamente, ao total de salários pagos e porque algumas análises da Região Centro-Oeste excluem o Distrito Federal por apresentar características que diferem muito das da região em que se insere.

2. Estrutura produtiva das regiões brasileiras, segundo setores

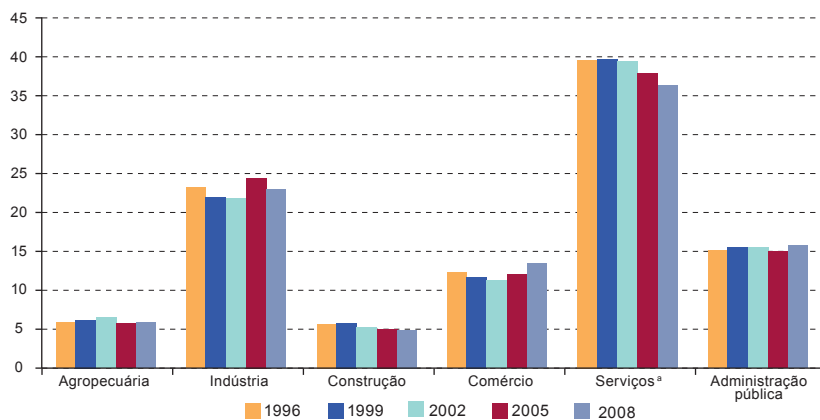
O Brasil apresenta grandes diferenças na composição da estrutura econômica de suas diversas regiões, o que é facilmente explicado pela sua distribuição irregular no território, decorrente de condicionantes históricas, geográficas, culturais, políticas e econômicas. O gráfico V.1 mostra que, no Brasil, o setor de serviços (que nestes gráficos inclui as instituições financeiras) é o que possui maior valor adicionado, seguido pela indústria, Administração Pública, comércio e, por fim, a agropecuária. Deve-se salientar que o setor de serviços é profundamente heterogêneo, englobando serviços domésticos serviços prestados às famílias e serviços prestados às empresas. Cabe destacar que estes últimos somados a transportes, telecomunicações e informática representam cerca de 2/3 do valor adicionado do setor. Nota-se, também, que a estrutura da economia brasileira pouco se altera entre 1996 e 2008, com exceção de uma ligeira perda de participação dos serviços e uma consoante subida do comércio.

Em termos de valor adicionado, a atividade agropecuária pesa relativamente pouco, embora seja de extrema importância para a economia brasileira e responsável por parte considerável dos superávits primários que o país vem obtendo. Isso porque são computadas neste setor apenas as exportações de produtos *in natura*, o que acrescenta pouco valor, enquanto a elaboração de produtos agropecuários (como óleo de soja ou carnes processadas) é classificada como atividade industrial.

O mesmo ocorre com determinadas atividades industriais que, ao terceirizarem parte de suas atividades, transferem valor adicionado ao setor de serviços. Assim, o que é importante notar no gráfico apresentado abaixo é a persistência da estrutura de distribuição das atividades ao longo dos 13 anos considerados .

Gráfico V.1

Brasil: distribuição do valor adicionado por setor de atividade econômica, 1996-2008
(Em porcentagens)



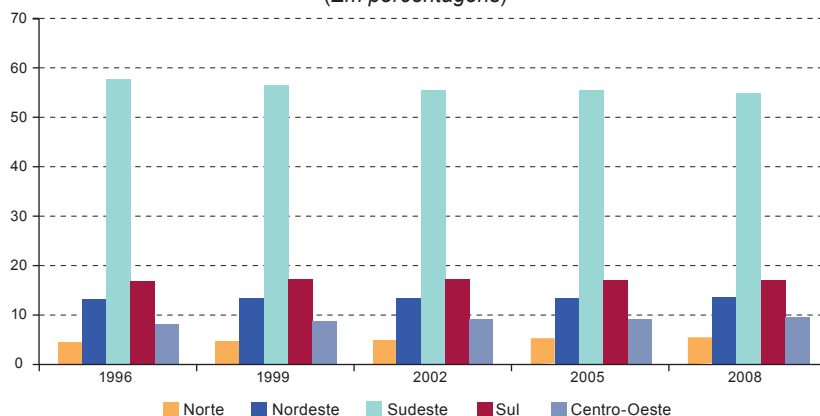
Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1995-2008.

* Inclui instituições financeiras.

O gráfico V.2, por sua vez, mostra a distribuição regional da atividade econômica brasileira, entre 1996 e 2008, e permite observar sua profunda desigualdade. Também é importante verificar a permanência desta desigualdade ao longo do período considerado, uma pequena perda de participação da Região Sudeste e um ligeiro crescimento das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Gráfico V.2

Brasil: distribuição da atividade econômica por região, 1996-2008
(Em porcentagens)

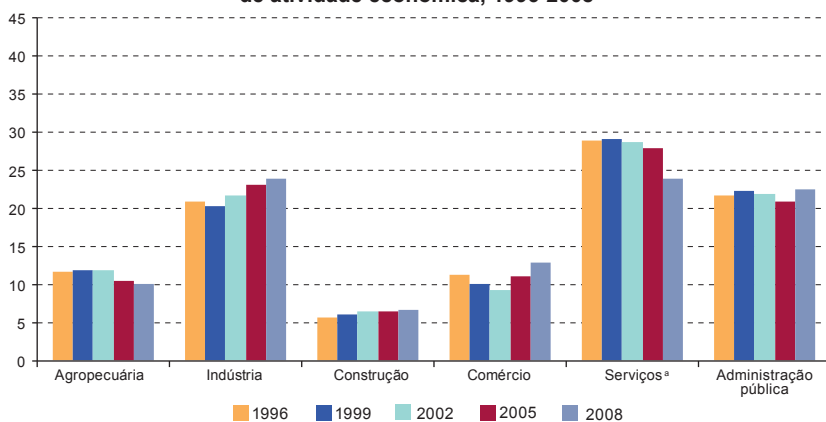


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

Sendo verdade que uma das faces da heterogeneidade estrutural é representada pela profunda desigualdade regional brasileira, cumpre analisar a distribuição dos setores em cada uma delas, conforme os gráficos V.3 a V.7, a seguir.

O gráfico V.3 mostra que a estrutura econômica da Região Norte apresenta grandes diferenças em relação ao total do país. Nesta região, se observa que a indústria vem ganhando relevância (sendo a instalada no distrito industrial de Manaus a responsável por isso), e a agropecuária também (incluída aí a importância da silvicultura), enquanto a Administração Pública, quando comparada com as demais regiões, atinge sua maior participação. Esta atividade ganha importância relativa nas regiões onde a atividade econômica apresenta valores modestos, uma vez que sua distribuição obedece à lógica da Administração Pública, que tem como referência as instituições governamentais, e não o mercado.

Gráfico V.3
Região norte: distribuição do valor adicionado por setor de atividade econômica, 1996-2008

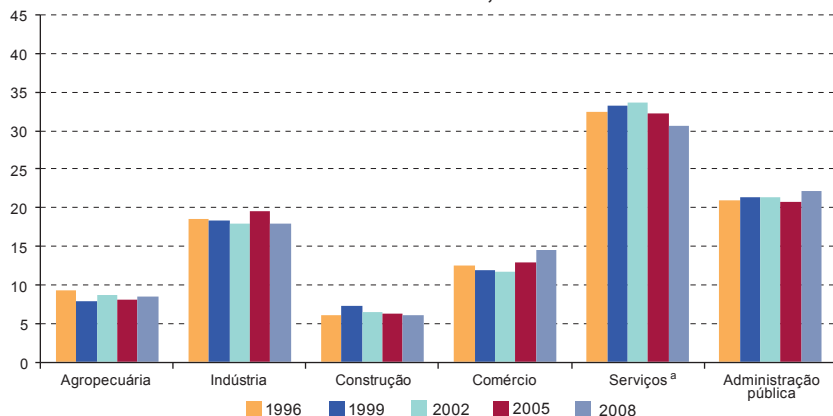


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

O gráfico V.4 mostra a estrutura da Região Nordeste, em que se nota uma preponderância dos serviços e da Administração Pública, e uma pequena participação das demais atividades, que em conjuntorepresentam menos de 50% do total. É de se ressaltar um incremento, desde 2005, da parcela da atividade do comércio, provavelmente decorrente do aumento de renda na região a partir de meados dos anos 2000 (aumento do salário mínimo e incremento das transferências do Programa Bolsa Família são dois dos elementos principais que estimulam a atividade comercial nesta região).

Gráfico V.4
Região Nordeste: distribuição do valor adicionado por setor
de atividade econômica, 1996-2008

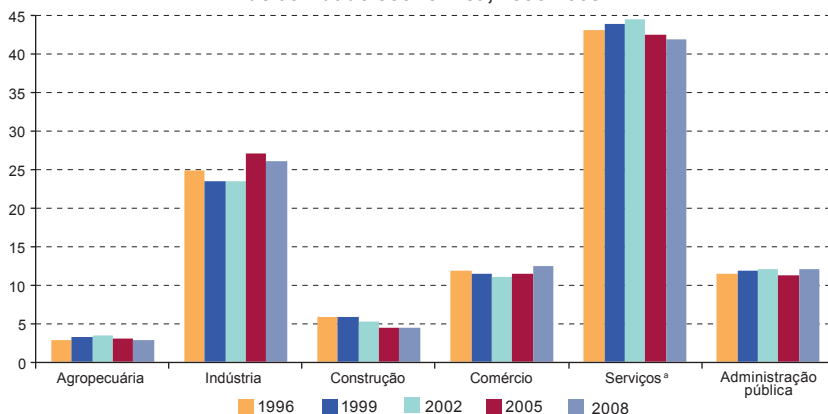


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

O gráfico V.5 mostra a estruturação da atividade econômica da Região Sudeste, e por ele verificam-se as profundas diferenças para as outras regiões: há enorme peso dos serviços e da indústria (ambos maiores que a média do país), que se integram e se complementam. Ressalte-se a diminuta participação da atividade agropecuária na região, embora ela seja relevante no total da atividade no país. Também é importante notar a pequena participação da Administração Pública, se comparada com as Regiões Norte, Nordeste e, sobretudo, Centro-Oeste.

Gráfico V.5
Região Sudeste: distribuição do valor adicionado por setor
de atividade econômica, 1996-2008

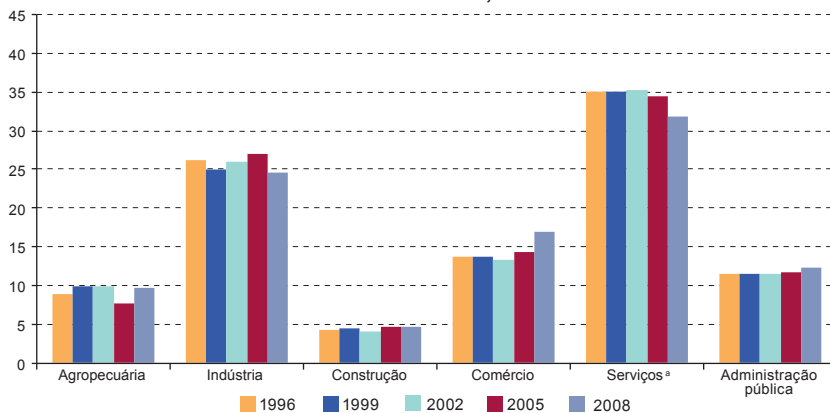


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

Na Região Sul (gráfico V.6), a estrutura é semelhante à do Sudeste, à exceção de maior participação da agropecuária e uma menor participação dos serviços. Embora a estrutura se mantenha ao longo do tempo, em 2008 há um incremento do comércio, em detrimento da participação do setor de serviços.

Gráfico V.6
Região Sul: distribuição do valor adicionado por setor de atividade econômica, 1996-2008



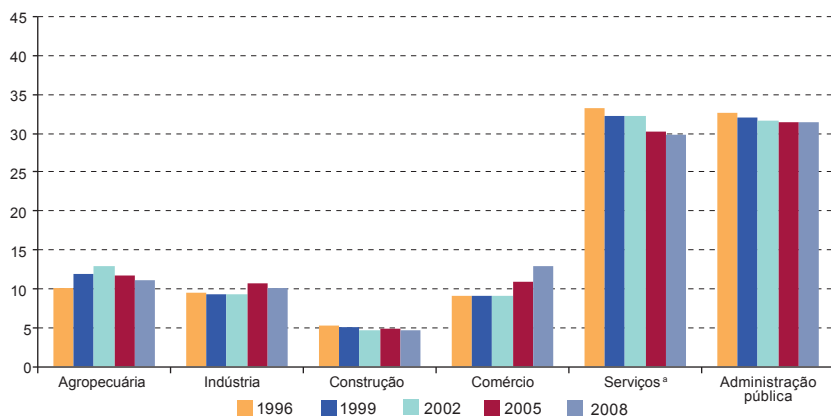
Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

A Região Centro-Oeste (gráfico V.7), por sua vez, apresenta uma estruturação bem diferente das demais, com preponderância dos serviços e da Administração Pública (em 2008, aliás, esta tem a maior participação). No entanto, ao retirar da análise a parte correspondente ao Distrito Federal (e seu peso na Administração Pública), a estrutura muda completamente.

O gráfico V.7A mostra como seria a estrutura da Região Centro-Oeste sem o Distrito Federal: a agropecuária ganha importância e se transforma na segunda maior atividade regional, após o setor de serviços. Ressalte-se também aqui o aumento na participação das atividades comerciais que, em 2008, superaram a indústria.

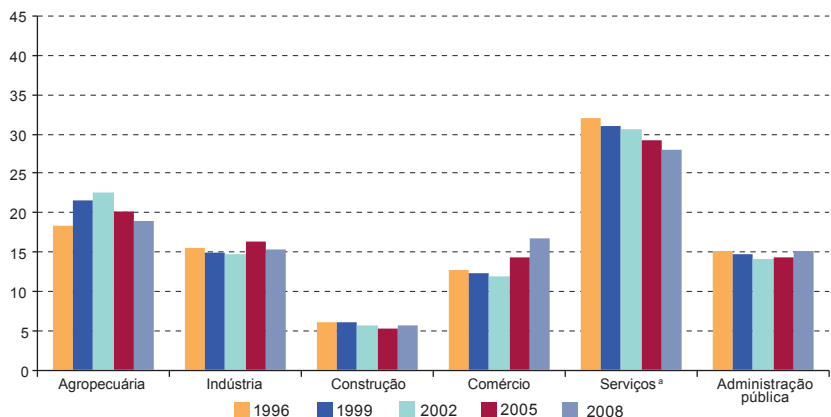
Gráfico V.7A
Região Centro-Oeste: distribuição do valor adicionado
por setor de atividade econômica, 1996-2008



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

Gráfico V.7B
Região Centro-Oeste (exceto D.F.): distribuição do valor adicionado
por setor de atividade econômica, 1996-2008



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, 1996-2008.

^a Inclui instituições financeiras.

3. Produtividade em 2008

Sendo a estrutura econômica das regiões profundamente desigual, a análise dos índices de produtividade por setor mostra que a desigualdade pode ser ainda maior.

O índice de produtividade aqui exposto é a relação entre o valor adicionado por cada setor, em cada região, e o pessoal ocupado, nos mesmos setores e regiões. Isto permite que a produtividade seja representada pelo efetivamente adicionado em cada setor, uma vez que as novas formas de produção incorporam processos total ou parcialmente terceirizados. O mesmo fato não aconteceria um índice de produtividade setorial calculado com base em produção física ou monetária, cujo resultado poderia distorcer as análises.

Para esse cálculo, foram usados os dados das Contas Regionais do Brasil, de 1996 a 2008, provenientes do IBGE, mesmo instituto que fornece as informações de pessoal ocupado, obtidas da PNAD, de 1996 a 2008. Fizeram-se agregações setoriais que permitissem fazer a análise sobre o mesmo corte referencial; além disso, optou-se pelo valor adicionado total e o pessoal ocupado da PNAD, tendo em vista que eles conseguem cobrir a parcela informal da economia, seja por balanceamento das Contas Regionais com as Nacionais, seja por dados da PNAD, que engloba as pessoas ocupadas tanto formalmente como com outros tipos de vínculos de trabalho.

O quadro V.1, a seguir, mostra o valor adicionado por cada setor na economia, em cada região brasileira, para o ano de 2008. Neste quadro, mostra-se que o setor de serviços é o preponderante em quase todas as regiões, à exceção da Centro-Oeste, dada a importância do setor público do Distrito Federal, que faz com que a Administração Pública seja a principal atividade nessa Unidade da Federação.

Distribuindo-se regionalmente, pode-se verificar a relevância da Região Sudeste (aproximadamente 55% do total do valor adicionado brasileiro), em todos os setores de atividade, especialmente indústria e serviços (62% e 63%, respectivamente).

Quadro V.1
Brasil e regiões: valor adicionado^a por setor de atividade econômica, 2008
(Em milhões de reais)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços ^b	Adm. pública
Norte	135 603	13 606	32 520	9 073	17 453	32 493	30 457
Nordeste	348 337	29 975	62 293	21 543	50 679	106 358	77 489
Sudeste	1 417 563	40 267	370 045	64 466	178 287	594 339	170 158
Sul	433 886	41 282	103 950	19 799	72 031	134 982	51 947
Centro-Oeste	244 721	27 143	24 627	11 669	31 458	72 917	76 907
Brasil	2 580 110	152 273	593 436	126 551	349 908	941 089	406 958

Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

^a Em valores correntes.

^b Inclui instituições financeiras.

A distribuição do pessoal ocupado apresenta ainda preponderância do setor de serviços, mas com menor intensidade (veja o quadro V.2). Em termos de mão de obra ocupada, é uimportante destacar a Região Nordeste, enquanto a Administração Pública responde por pequena parcela do emprego em todas as regiões.

A distribuição regional do pessoal ocupado, no entanto, mostra grande concentração do emprego na Região Sudeste do país, embora em proporções inferiores às do valor adicionado. Ressalte-se que mais de 50% das pessoas ocupadas na indústria brasileira se encontram nesta região

Quadro V.2
Brasil e regiões: pessoal ocupado por setor de atividade econômica, 2008
(Em milhares de pessoas)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços ^a	Adm. pública
Norte	6 862	1 296	930	575	1 294	1 946	477
Nordeste	24 548	7 565	2 398	1 697	3 982	6 425	1 215
Sudeste	39 398	3 500	7 154	3 059	6 812	12 951	1 721
Sul	14 675	2 700	2 742	1 006	2 520	3 978	639
Centro-Oeste	6 909	1 036	771	576	1 311	2 141	478
Brasil	92 392	16 097	13 995	6 913	15 919	27 441	4 530

Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

^a Inclui instituições financeiras.

Quando se apresentam os resultados de produtividade para 2008 (veja o quadro V.3), verifica-se que a relação entre a maior produtividade setorial (a da indústria) e a menor (a da agropecuária) é 4,5, e que a razão entre a maior e a segunda é 1,2, o que mostra uma variação bastante ampla entre os setores, o que poderia decorrer da diversidade de agregação de valor entre os setores.

Adotando uma perspectiva regional, essa disparidade aumenta ainda mais: enquanto a relação indústria/agropecuária no Nordeste é 6,5, na Região Centro-Oeste, ela é pouco superior a 1,2.

A atividade agropecuária de alta produtividade, como a lavoura de soja e a pecuária extensiva (que ocupa poucos trabalhadores) na Região Centro-Oeste contrasta com a atividade agrícola, muitas vezes de subsistência, presente na Região Nordeste. Em termos de produtividade, a heterogeneidade fica mais evidente ainda: enquanto a média no Brasil é de 279 mil reais/pessoa ocupada/ano, no Nordeste é praticamente a metade disso (14,2).

Essa diferença persiste nos demais setores de atividade, mas deve-se ressaltar a grande diferença no setor de serviços: enquanto a Região Sudeste apresenta uma produtividade de 45,9 mil reais por pessoa ocupada, na Região Nordeste esta cai para 1/3 disso (16,6).

Isso mostra a profunda heterogeneidade das regiões, no âmbito dos serviços. Na Região Sudeste, com alta intensidade da atividade industrial, os serviços mais dinâmicos estão atrelados a esta e atuam como elementos de aumento da produtividade industrial. Ali onde essas ligações são mais tênues, o setor de serviços se apoia em atividades vinculadas ao consumo das famílias, estruturadas em setores por vezes informais e com baixa agregação de valor².

Quadro V.3
Brasil e regiões: índice de produtividade por setor de atividade econômica, 2008
(Em milhares de reais por ano)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços ^a
Norte	19,8	10,5	35,0	15,8	13,5	16,7
Nordeste	14,2	4,0	26,0	12,7	12,7	16,6
Sudeste	36	11,5	51,7	21,1	26,2	45,9
Sul	29,6	15,3	37,9	19,7	28,6	33,9
Centro-Oeste	35,4	26,2	31,9	20,3	24,0	34,1
Brasil	27,9	9,5	42,4	18,3	22,0	34,3

Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

^a Inclui instituições financeiras.

4. Produtividade no período 1996-2008

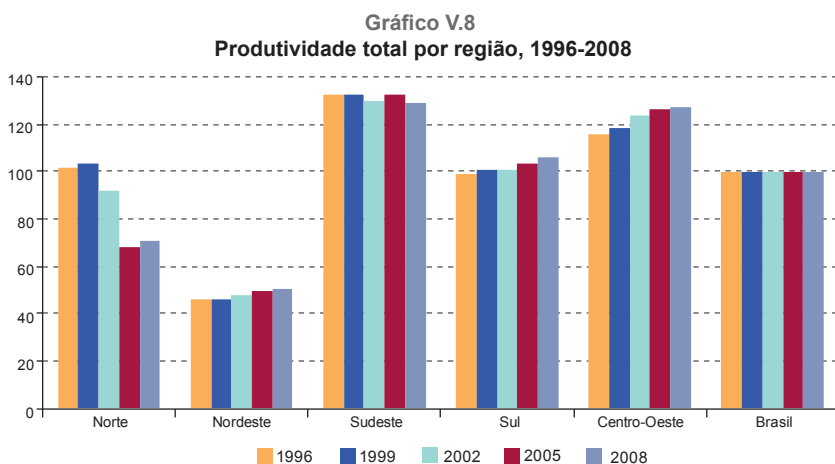
Para que a heterogeneidade seja estrutural, é necessário que ela se mantenha ao longo do tempo. Os gráficos a seguir cumprem a função de demonstrar a manutenção dos citados desníveis de produtividade entre as regiões, ao longo do período 1996-2008. Mas como o que se busca aqui é uma medida da relação entre as produtividades, foi calculada, para cada ano, a produtividade total do Brasil, à qual se atribuiu o índice 100, sendo as demais produtividades regionais calculadas como proporção deste índice, em vez de se calcularem as produtividades absolutas, que exigiriam transformar os valores correntes em valores constantes de um determinado ano. A transformação a preços constantes encontraria algumas dificuldades, entre elas a falta de índices de preços regionalizados.

A partir dessas observações, foram construídos os gráficos a seguir. O gráfico V.8 mostra a evolução da produtividade total, entre 1996 e 2008, para o Brasil e suas regiões. Nota-se certa persistência dos graus de desigualdade, agravados na Região Norte³ e minorados, ainda que

² Vale lembrar que, no estado de São Paulo, onde esta integração é maior, a produtividade chega a 58,2 mil reais por pessoa ocupada/ano.

³ Os dados da Região Norte, em especial os da Pnad, sofreram alguma modificação no período considerado, o que pode ter inflado a produtividade nos períodos anteriores a 2006.

ligeiramente, na Região Nordeste, em relação às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste⁴. Os diferenciais de produtividade têm relação, é claro, com os padrões das economias regionais, e indicam a presença de setores muito diferenciados em termos da relação capital-trabalho. Indústrias, como as de refino de petróleo ou siderúrgicas, por exemplo, possuem produtividades superiores às de ramos tradicionais da atividade econômica. O que chama a atenção é que a mesma relação de 1/3, existente entre a produtividade nordestina e a do sudeste se apresenta tanto em 1996 quanto em 2008. Isso indica que os padrões de produtividade não se alteraram no período, sugerindo que a diferença seja de origem estrutural⁵.



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2008.

O gráfico V.9 mostra a produtividade das grandes regiões do Brasil entre 1996 e 2008 para a atividade agropecuária, em que se verifica a profunda desigualdade que se apresenta para a Região Nordeste, que tem uma produtividade que é menos da metade da do Brasil, enquanto a do Centro-Oeste supera a média nacional em 150%. A estrutura fundiária e a agricultura voltada à exportação explicam boa parte dessa heterogeneidade: enquanto no Nordeste prevalece a agricultura familiar, minifúndio de baixa incorporação tecnológica e produção de alimentos voltada ao mercado local e à subsistência; na Região Centro-Oeste, a

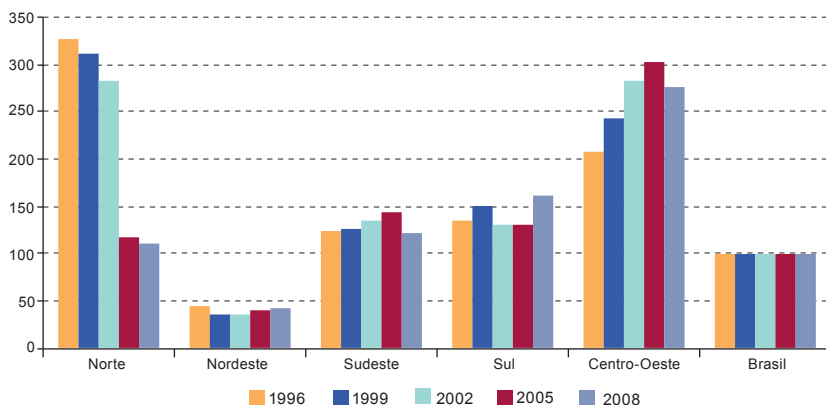
⁴ Novamente, caso se faça o desmembramento do Distrito Federal, esses padrões da Região Centro-Oeste podem sofrer grandes alterações.

⁵ Evidentemente seria preciso analisar um período de tempo mais longo para poder afirmar que ela é estrutural. Com as informações utilizadas, entretanto, o exercício poderia esbarrar em condições desfavoráveis, do ponto de vista da consistência das informações disponíveis.

plantação em larga escala, a pecuária extensiva (ambas poupadoras de mão de obra) e a produção de alimentos para exportação elevam os padrões de produtividade.

Vale dizer que os índices de produtividade são muito diferentes entre os estados que compõem a Região Norte, já que Amazonas e Pará encontram-se muito abaixo da média regional (em 2008, 9,4 e 6,8, respectivamente, contra média de 10,5 para o total da região) e os demais estados acima da média. Já para a Região Nordeste, os índices não são tão desiguais, estando acima da média apenas Maranhão e Sergipe. Este mesmo quadro de relativa estabilidade entre as Unidades da Federação também ocorre nas Regiões Sudeste e, sobretudo, Sul. As desigualdades voltam a aparecer na Centro-Oeste, em que a produtividade no Mato Grosso é abundantemente acima da média.

Gráfico V.9
Agropecuária: produtividade por região, 1996-2008

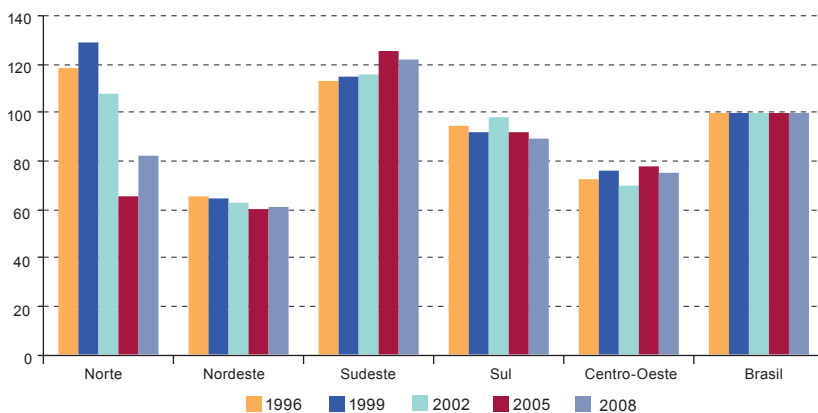


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais, e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A produtividade da indústria é o objeto do gráfico V.10, que mostra, exceto na Região Norte, a manutenção dos índices de produtividade. No caso da Região Norte, além de certa precariedade dos dados (sobretudo da PNAD até 2006), a produtividade é afetada positivamente pelo desempenho da indústria eletroeletrônica e das montadoras de motocicletas instaladas em Manaus (enquanto a média do índice de produtividade da região é de 35,0 mil reais/trabalhador/ano, no Estado do Amazonas esta alcança 65,1). Ainda assim, persiste a heterogeneidade entre as Regiões Sudeste e Sul e a Região Nordeste, cuja relação é de aproximadamente 1:2.

Na Região Nordeste destacam-se Bahia e Sergipe, que apresentam índices acima da média regional, refletindo a importância da indústria ligada ao petróleo, que é a dominante nos dois estados. Isso se repete na Região Sudeste, com relação aos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, também com forte presença da indústria do petróleo. Enquanto na Região Sul há certa uniformidade, na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal se destaca, sobretudo, pela força de sua indústria gráfica⁶.

Gráfico V.10
Indústria: produtividade por região, 1996-2008



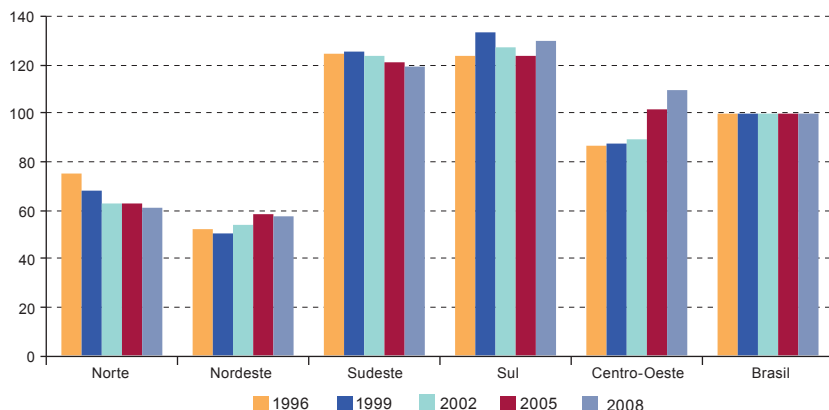
Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O gráfico V.11 apresenta a evolução da produtividade entre 1996 e 2008 para o comércio. Esta é uma atividade mais desconcentrada, porém com expressivos diferenciais de produtividade, estando a referente à Região Sudeste quase 20% acima da média nacional, enquanto a Região Nordeste apresenta produtividade cerca de 35% abaixo que a média. A Região Norte, como usual, apresenta grande variabilidade, devido especialmente à pequena monta da atividade e também à pequena amostra da PNAD até 2006. A grande participação da Região Centro-Oeste se deve à expressiva produtividade apresentada pelo Distrito Federal.

Os elevados índices das Regiões Sudeste, Sul e do Distrito Federal se devem à maior renda encontrada nessas regiões e à concentração do comércio atacadista (especialmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal).

⁶ Vale lembrar que para as análises aqui contidas utilizou-se a versão 1.1 da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE 1.1). Esta mesma análise, com base na versão 2.0 da CNAE, a atividade que será utilizada para a mudança de base do Sistema de Contas Nacionais, traria resultados bem diferentes, já que a editoração, contida na indústria, na Cnae 1.1 encontra-se em serviços, na Cnae 2.0, afetando a participação industrial do DF.

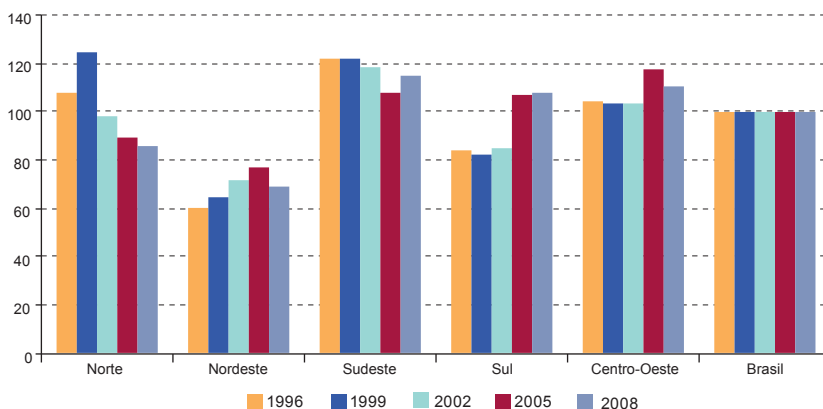
Gráfico V.11
Comércio: produtividade por região, 1996-2008



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

No gráfico V.12, encontra-se a evolução da produtividade do setor da indústria de construção, no qual se pode verificar tendência semelhante à do setor comercial: grande variabilidade na Região Norte (onde, além das observações anteriores, deve-se ressaltar a participação de Tocantins, que teve sua capital construída no período), a baixa produtividade na Região Nordeste (metade daquela da Região Sudeste) e a produtividade da Região Sudeste cerca de 20% superior à média nacional.

Gráfico V.12
Construção: produtividade por região, 1996-2008

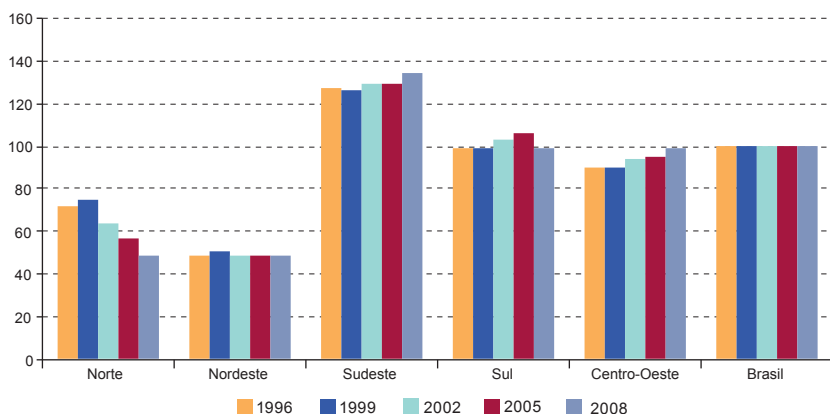


Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Embora a Região Centro-Oeste tenha produtividade próxima à da média nacional, a do Distrito Federal, vista isoladamente, é a maior das Unidades Federativas do país, em especial devido ao crescimento explosivo de suas cidades-satélites no período considerado e à forte valorização de seus imóveis.

A evolução dos índices de produtividade do setor de serviços encontra-se apresentada no gráfico V.13, onde se pode verificar a extrema disparidade dos índices da Região Sudeste, 20% acima da média nacional e das Regiões Norte e Nordeste, que correspondem a menos da metade da média nacional, em 2008. A produtividade da Região Centro-Oeste, que é mostrada como semelhante à média nacional, nesse gráfico é fortemente influenciada pela produtividade do setor no Distrito Federal, de longe a maior do país (R\$ 74 mil/pessoa ocupada/ano, maior até que os 58,2 do estado de São Paulo).

Gráfico V.13
Serviços: produtividade por região, 1996-2008



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Regionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Embora a disparidade de produtividade seja aparentemente surpreendente, uma vez que os serviços deveriam se distribuir entre as famílias, e com produtividades semelhantes, na verdade é a estrutura recente do setor que provoca essa disparidade e que aumenta ao longo do período. Ocorre que, nos centros mais desenvolvidos, os serviços dominantes (em termos de valor adicionado) são aqueles prestados às empresas e guardam forte correlação com a atividade econômica em geral e com a indústria em particular. São serviços de alta intensidade de capital, como nas empresas de telecomunicações, ou serviços de informática, e

de relativamente pequeno pessoal ocupado. Isso faz que a produtividade desse setor aumente nas regiões em que há integração desse setor com as demais atividades, e os serviços prestados às empresas são os que mais adicionam valor. Em contrapartida, nas regiões em que a atividade econômica é escassa, os serviços prestados às famílias preponderam na estrutura do setor, e com isso a produtividade é menor.

5. Conclusão

Buscou-se mostrar, nesta breve análise, que as regiões brasileiras são heterogêneas em termos de produtividade. Para a existência desta diferenciação concorrem várias causas, como a estrutura produtiva das regiões: naquelas dedicadas principalmente a atividades intensivas em capital, a produtividade tende a ser maior que a de outras regiões que se concentram em atividades intensivas em mão de obra. Uma região com atividade industrial cujo principal segmento seja o refino de petróleo tende a possuir maior produtividade que uma que tenha, por exemplo, sua força concentrada na atividade comercial varejista.

Os dados apresentam, contudo, duas características que chamam a atenção, em consonância com a teoria da heterogeneidade estrutural: a escala da diferenciação e a sua manutenção ao longo do tempo. No primeiro caso, é de se notar que os diferenciais de produtividade total chegam, em 2008, a mais de duas vezes e meia entre a maior e a menor —36 para o Sudeste e 14,2 para o Nordeste.

Se esta característica pode ser atribuída à estrutura produtiva de cada região (como estabelecemos resultados apresentados na primeira parte deste arrazoado), como explicar que os diferenciais se mantenham e, em certos casos, ainda aumentem de intensidade, se a análise cobriu os mesmos setores de atividade nas diversas regiões?

No caso da agricultura, é flagrante a diferença entre as Regiões Centro-Oeste e Nordeste: a primeira tem índices de produtividade que chegam a seis vezes e meia o índice da segunda. É certo que a atividade agropecuária no Centro-Oeste se baseia na agricultura intensiva em capital e na pecuária extensiva, ocupando grandes extensões de terra e relativamente poucamão de obra, enquanto no Nordeste predominam a pequena propriedade e a agricultura familiar, ambas muito intensivas em mão de obra (quase 40% da população economicamente ativa (PEA) agrícola encontra-se nessa região), ainda mais se levando em conta que os dados de pessoal ocupado englobam os empregos formais e os informais.

Se a intensividade na Região Centro-Oeste é muito alta quando comparada às demais, também surpreende que a produtividade da agropecuária nas demais regiões seja, pelo menos, 2,6 vezes a nordestina (comparada à menor das demais, da Região Norte). Uma política que pudesse aportar tecnologia à produção de alimentos na agricultura familiar permitiria, com um número equivalente de pessoas ocupadas, aumentar a renda da atividade, aproximando-a das demais regiões.

No que se refere à indústria, seria de se esperar que esses diferenciais fossem bastante reduzidos, dada a característica da atividade, que tem baixa informalidade quanto à mão de obra e é naturalmente mais intensiva em capital que as demais. Mesmo assim, o índice de produtividade da Região Sudeste é o dobro daquele da Região Nordeste.

Enquanto os setores de construção e comércio apresentam mais semelhanças que diferenças quanto aos indicadores de produtividade (a natureza dos setores praticamente impõe essa semelhança), no setor de serviços a diferenciação volta a se acentuar. Embora o setor pudesse ser considerado pouco diferenciado, da mesma forma que os anteriores, os dados mostram grande amplitude, dado que o índice da Região Sudeste é 2,8 vezes o das Regiões Norte e Nordeste.

Uma explicação possível para essa grande diferença reside na estruturação desse setor, no qual os serviços prestados às empresas têm maior participação no valor adicionado, em detrimento do segmento de serviços prestados às famílias. A integração dos serviços, na Região Sudeste com as demais atividades econômicas, supera abundantemente o segmento dos serviços prestados às famílias: são os serviços de transporte, de telecomunicações, o sistema financeiro e os serviços prestados às empresas – sejam os técnicos, sejam os auxiliares.

Nas Regiões Norte e Nordeste, nas quais não há essa integração com a mesma intensidade, os serviços prestados às famílias ganham maior participação dado que, por serem mais intensivos em trabalho do que em capital, apresentam menor produtividade.

A segunda característica a ser ressaltada nesta análise é sobre a manutenção dos diferenciais de produtividade ao longo do tempo, o que denotaria que ela seria estrutural. Analisar os gráficos de 8 a 13 permite que se constate que, ao longo do período analisado (1996-2008), que os diferenciais de produtividade mantêm uma preocupante estabilidade, com as Regiões Sudeste e em seguida Sul e Centro-Oeste, possuindo em geral índices substancialmente maiores que os das Regiões Norte e Nordeste. As alterações dos índices ao longo do período são mínimas, e as que ocorrem, como na Região Norte, mais colocam em dúvida os dados da PNAD até 2006 (decorrência da amostra dessa pesquisa na região) do que alteração nos padrões de produtividade.

Duas observações devem se feitas, para concluir esta análise: primeiramente, deve-se ter em mente que ela é preliminar e de caráter geral, devendo ser ampliada para que os setores sejam desagregados, na medida do possível, para que se encontrem mais nexos que permitam afirmar que há heterogeneidade entre as regiões, e que ela é estrutural.

Finalmente, em se constatando que a diferença de produtividade entre as regiões configura um quadro de heterogeneidade estrutural, deve-se caminhar para o estabelecimento de políticas públicas que levem esse fenômeno em consideração, de forma que permitam às regiões com menores índices que, ao menos, diminuam a distância dos padrões de produtividade das mais produtivas. Dada a persistência, ao longo do período analisado, dos profundos diferenciais, não parece crível que eles sejam superados sem que políticas específicas para tanto sejam elaboradas.

Bibliografia

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2007), “Progreso técnico y cambio estructural en América Latina”, *Documento de Proyecto*, N° 136 (LC/W.136), Santiago do Chile.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (s/d), “Contas Regionais 1996-2008” [on-line] <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>.
- ____(s/d), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1996-2008 [on-line] <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>.
- Pinto, Aníbal (2000), “Natureza e implicações da ‘heterogeneidade estrutural’ da América Latina”, *Cinqüenta anos de pensamento da Cepal*, R. Bielschowsky, (org.), Rio de Janeiro, Editora Record.